



DIREITO CIVIL



Estratégia
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO CIVIL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Em 02 de fevereiro de 2025, Carolina celebrou com Marcos, seu amigo de infância, um contrato particular de compra e venda de um imóvel urbano localizado na cidade de Bonito-MS, formalizando a alienação do bem. Todas as providências relativas à transferência da propriedade foram regularmente tomadas, tendo o comprador ingressado na posse do imóvel de forma mansa e pacífica, inclusive procedendo à mudança com sua família.

Após a aquisição, Marcos organizou uma confraternização do tipo “chá de panela” para celebrar a compra de sua primeira residência, onde passou a residir com sua esposa e os dois filhos menores, Zeca e Nala.

Contudo, em 10 de maio de 2025, Marcos foi surpreendido com intimação de ordem judicial informando a penhora do imóvel adquirido, a qual foi determinada no bojo de uma ação de execução de título extrajudicial ajuizada por Kelly em face de Carolina, fundada em dívida contraída em 20 de fevereiro de 2025, tramitando perante a 3ª Vara Cível da Comarca de Bonito-MS, sob o nº 070707.

Indignado, Marcos constatou que a própria Carolina indicara o imóvel alienado como bem à penhora, fato que lhe causou revolta, dada a amizade antiga e a confiança depositada na vendedora. Marcos ficou furioso, pois jamais poderia imaginar que a alienante seria capaz de tal conduta.

Preocupado com a situação, haja vista que sua família não possui outro lugar para ficar, Marcos vai até seu escritório para saber se tem algo que poderá ser feito para resguardar seu direito.

Na qualidade de advogado(a) de Marcos, apresente a medida processual cabível no último dia do prazo. Leve em conta de que a notificação sobre a penhora foi juntada aos autos no dia 12/05/2025 (segunda-feira) e que a adjudicação do bem fora feita em 15/02/2025 (quinta-feira), havendo previsão de assinatura da carta nos 5 dias úteis subsequentes. Note-se que não há feriados nesse período. (valor:5,0).

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Lorena, blogueira conceituada nas redes sociais, foi até o shopping de sua cidade com a intenção de comprar um vestido de gala para o casamento de sua amiga, Natália. Ao entrar na loja Estilo Fino, foi recepcionada por um vendedor que, após ouvi-la mencionar o desejo de um traje exclusivo de grife internacional, apresentou-lhe um vestido, afirmando com ênfase que se tratava de peça autêntica da nova coleção de uma famosa marca europeia.

Confiante na informação transmitida e considerando seu papel como influenciadora digital, Lorena realizou o pagamento integral da peça com seu cartão de crédito. Dias depois, ao publicar fotos do evento usando o vestido, diversos seguidores apontaram que a peça era, na verdade, uma réplica sem vínculo com qualquer grife reconhecida.

A partir disso, Lorena verificou a etiqueta do vestido e confirmou que se tratava de um produto genérico, fabricado nacionalmente. O episódio teve grande repercussão negativa, resultando na perda de seguidores e abalo em sua reputação profissional como influenciadora de moda.

A) Com base no Código Civil, o negócio jurídico celebrado entre Lorena e a loja Estilo Fino é válido? Justifique. (0,65)

B) Considerando eventual ação judicial ajuizada por Lorena, caso o juiz verifique de plano a ocorrência de prescrição ou decadência, ele pode reconhecer a matéria de ofício e extinguir o processo com resolução de mérito sem prévia oitiva das partes? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Gabriel e Camila são namorados desde o ensino médio. Após ingressarem na faculdade de Agronomia, o rapaz decide pedir a moça em casamento. Depois de alguns meses noivos, o casal formaliza a relação e vai até o cartório para registrar o matrimônio.

Durante a constância do casamento, Gabriel e Camila adquiriram uma casa na praia e dois carros novinhos. Gabriel recebeu uma fazenda a título de doação por sua tia Antônia, haja vista que o rapaz morou durante muito tempo com ela quando ainda era criança, além de ser apaixonado pela vida no campo.

Depois de 5 anos casados, Gabriel e Camila começaram a ter desentendimentos, uma vez que Camila gostaria de ter filhos, mas Gabriel dizia que ainda não estava preparado para ser pai. Devido a tal situação, Camila disse que os dois não tinham mais a mesma conexão e pediu o divórcio.

- A) Qual será o regime de bens aplicado ao casal e quais bens deverão ser partilhados entre os dois? (0,60)
- B) Caso Camila descubra que está grávida de 3 semanas após o divórcio e não possua condições de arcar com os gastos dos exames, qual medida processual será viável ao caso? (0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Eduardo conheceu Júlia durante o carnaval de Olinda. Um mês após o primeiro encontro, Eduardo a pediu em casamento, sendo aceito de imediato. Em apenas uma semana, o casal formalizou o matrimônio e mudou-se para a cidade de Florianópolis.

Dois dias após a mudança, Eduardo foi até uma padaria próxima quando, ao passar por uma banca de jornais, reconheceu a imagem de Júlia em um cartaz de "procurados". Intrigado, adquiriu um exemplar e descobriu que Júlia, cujo verdadeiro nome era Natália Cortez, era acusada de crimes graves, incluindo o homicídio de seus familiares.

Assustado com a revelação e temendo pela sua segurança, Eduardo procurou um escritório de advocacia e relatou toda a situação ao advogado.

A) Qual é o meio processual cabível para que Eduardo possa se livrar do casamento com Natália? (0,60)

B) Caso Eduardo tivesse solicitado o benefício da justiça gratuita e o juiz, em decisão interlocutória, indeferisse o pedido, qual seria o meio processual adequado para impugnar a decisão? (0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

A empresa Alfa Construções S/A celebrou com a empresa Beta Comércio de Materiais Ltda. um contrato de compra e venda envolvendo trezentas sacas de cimento. Ocorre que, mesmo após diversas cobranças amigáveis feitas por representantes da empresa credora, a Beta deixou de cumprir com a obrigação, sob a alegação de crise financeira e iminente falência.

Contudo, os representantes da Alfa estranharam a situação, pois, apesar de alegar dificuldades econômicas, o sócio administrador da Beta foi visto recentemente adquirindo e desfilando com um veículo de luxo, uma Ferrari modelo 2023, o que gerou grande insatisfação por parte da credora, que busca meios eficazes para reaver o crédito devido.

A) Com base nos fatos narrados, qual medida poderá ser adotada pela Alfa Construções S/A visando responsabilizar o patrimônio pessoal do sócio da empresa devedora? (0,60)

B) Caso já houvesse uma ação em curso, e o juiz, após a apresentação da réplica, decidisse julgar o mérito de forma antecipada por considerar o processo maduro, qual seria o meio processual cabível à empresa Beta para impugnar essa decisão? (0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

